

Diário Notícias 10-01-2007	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	370 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	8

ANA GOMES ESCREVE AO PARLAMENTO EUROPEU

MNE acusado de negar elementos essenciais

João Pedro Henriques

A eurodeputada socialista Ana Gomes acusa o Governo de estar a “negar” ao Parlamento Europeu “elementos essenciais para o apuramento da verdade” no que toca ao envolvimento no caso dos voos da CIA.

A acusação consta numa carta enviada pela eurodeputada segunda-feira à comissão do Parlamento Europeu (PE) que investiga o caso. Representa uma resposta de Ana Gomes a uma outra carta, também dirigida à mesma comissão, em Dezembro, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, acusando Ana Gomes de “má fé” e de “conduta abusiva”.

“A verdade – escreveu Ana Gomes – é que o ministro [Luís Amado] não facultou à AR [Assembleia da República] ou ao PE os elementos que poderiam servir para fazer essa prova [de ilegalidades ou ilícitos nos voos da CIA] ou para infirmar suspeitas.

Não facultou a lista dos voos de e para Guantanamo, apesar de repetidamente pedida. Não facultou listas de passageiros e tripulações em escalas suspeitas. Não forneceu ainda dados solicitados relativamente a outros voos suspeitos. Não permite, assim, que se apure se se verificaram ou não violações da legalidade em território português, cometidas por agentes do Estado português ou por agentes de outros países.”

À eurodeputada “choca esta negação de elementos essenciais para o apuramento da verdade”. E mais quando se sabe que a “tentativa de ignorar o que pode ter ocorrido” teve lugar depois de Novembro de 2005, altura do “rebetamento internacional do escândalo que levou à criação da Comissão Temporária de Inquérito do PE” – ou seja, quando já ninguém podia dizer que desconhecia as

fortes suspeitas de transporte ilegal de prisioneiros por parte dos EUA.

É que, diz Ana Gomes, a lista dos voos de e para Guantanamo que ou escalaram em Portugal ou sobrevoaram o espaço aéreo português foi “politicamente autorizada”. E isso aconteceu tanto antes de Novembro de 2005 como depois: “Com efeito, em 94 voos que a lista detalha, 24 já foram autorizados na vigência do actual Governo, incluindo seis escalas nas Lajes e uma em Santa Maria. E sete voos, incluindo um com escala na Lajes em 7 de Maio de 2005, ocorreram mesmo depois das explicações dadas pelo anterior MNE [Freitas do Amaral] na Assembleia da República”.

Segundo acrescenta, uma “fonte militar” disse-lhe que as autorizações portuguesas relativas aos voos de e para Guantanamo acontecem no quadro da operação Enduring Free-

dom, no Afeganistão. Essa autorização, de acordo com explicações de Freitas do Amaral no Parlamento em 13 de Dezembro de 2005, é renovada trimestralmente. Acontece que, segundo Ana Gomes, tal autorização deveria ter sido “imediatamente suspensa” quando o escândalo rebentou, visto que em Guantanamo “há ostensivamente prisioneiros subtraídos à justiça”. E há ainda outro pormenor: Ana Gomes adianta que tal autorização nunca poderia ter abrangido “aviões militares kuwaitianos e sauditas, como os que atravessaram o espaço aéreo português entre Guantanamo e Casablanca, em 3 de Novembro de 2005 e em 24 de Junho de 2006”. “Tais sobrevoos do espaço aéreo português só poderiam ter sido, caso a caso, politicamente autorizados, por nota diplomática do MNE, ouvido o ministério da Defesa”. ■

Leonardo Negrão



Voos da CIA | Ana Gomes diz-se chocada com o governo português por negar elementos à investigação do PE

